

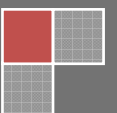
2011

La Masonería en el mundo – Macao

Archivo C I E M - Madrid

Documentación - países

Adrian Mac Liman
Centro Ibérico de Estudios Masónicos (CIEM)
03/04/2011



BREVE HISTÓRIA



DA



MAÇONARIA EM MACAU

Roberto Aguilar M. S. Silva

M.:M.:., Gr.: 18

A.:R.:L.:S.: Sentinela da Fronteira, nº53, Corumbá, MS

Academia Maçônica de Letras de

Mato Grosso do Sul, Brasil

BREVE HISTÓRIA DA MAÇONARIA EM MACAU

Roberto Aguilar M. S. Silva

M.:M.:, Gr.: 18

A.:R.:L.:S.: Sentinela da Fronteira, nº3, Corumbá, MS
Academia Maçônica de Letras de
Mato Grosso do Sul, Brasil

Macau (em chinês: 澳門; pinyin: *Àomén*; em cantonês: *Oumun*) é uma Região Administrativa Especial da República Popular da China desde os primeiros momentos da madrugada do dia 20 de Dezembro de 1999. Antes desta data, Macau foi colonizada e administrada por Portugal durante mais de 400 anos e é considerada o primeiro entreposto, bem como a última colónia europeia na China. Esta administração teve começo em meados do século XVI, quando Macau foi colonizada e *ocupada gradualmente* pelos portugueses. Estes últimos rapidamente trouxeram prosperidade a este pequeno pedaço de terra, tornando-a numa grande cidade e importante intermediário no comércio entre a China, a Europa e o Japão, fazendo com que ela atingisse o seu auge nos finais do século XVI e nos inícios do século XVII. Só em 1887 é que a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa sobre Macau, através do "*Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*". Em 1967, como consequência do Motim 1-2-3 levantado pelos residentes chineses pró-comunistas de Macau no dia 3 de Dezembro de 1966, Portugal renunciou a sua ocupação perpétua sobre Macau. Em 1987, após intensas negociações entre Portugal e a República Popular da China, os dois países concordaram que Macau iria passar de novo à soberania chinesa no dia 20 de Dezembro de 1999. Actualmente, Macau está a experimentar um grande e acelerado crescimento económico, baseado no acentuado desenvolvimento do sector do jogo e do turismo, as duas actividades económicas vitais desta região administrativa especial chinesa.

É constituída pela Península de Macau e por duas ilhas (Taipa e Coloane, entretanto com a ligação feita por terra seca por meio de um aterro, o istmo de Cotai), numa superfície total de 28,6 km². Macau situa-se na costa meridional da República Popular da China, a oeste da foz do Rio das Pérolas e a 60 km de Hong Kong, que se encontra aproximadamente a este de Macau. Faz fronteira a norte e a oeste com a Zona Económica Especial de Zhuhai, logo é adjacente à província de Guangdong. Macau efetua muitos aterros para reclamar, "obter" mais espaços de construção à foz do Rio das Pérolas. Tem cerca de 538 mil habitantes, sendo a esmagadora maioria de etnia chinesa. Desde 20 de Dezembro de 1999, o nome oficial de Macau é "*Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*" (RAEM). Após o estabelecimento da RAEM, Macau atua sob os princípios do Governo Popular Central Chinês da RPC de "*um país, dois sistemas*", de "*Administração de Macau pela Gente de Macau*" e de "*Alto Grau de Autonomia*", gozando por isso de um estatuto especial, semelhante ao de Hong-Kong, e possuindo consequentemente um elevado grau de autonomia, limitando-se apenas no que se refere às suas relações exteriores e à defesa. Foi também garantido pela RPC a preservação do seu sistema económico-financeiro e das suas especificidades durante pelo menos 50 anos, isto é, pelo menos até 2049.

Etimologia

O seu nome chinês (*Ou Mun*), que, à letra, significa "Porta da Baía", parece ter origem no facto de a Península de Macau ser habitada, antes da chegada dos portugueses, por várias povoações de pescadores e alguns camponeses chineses vindos das províncias de Fujian e Cantão. O seu nome português (*Macau*) parece ter origem num dos primeiros locais de desembarque dos navegadores portugueses, a Baía de A-Má (em cantonês, "*A-Ma Gao*"), nome esse que se deve à existência nessa baía de um templo em homenagem à deusa A-Má. A-Ma Gao se tornaria, Amacao, Macao e, por fim, Macau.

História de Macau

Antes do século XVI

Através de estudos arqueológicos, há fortes indícios que comprovam que os chineses se estabeleceram na Península de Macau entre quatro e dois mil anos antes de Cristo e em Coloane há cinco mil anos. Durante a Dinastia Ming, muitos pescadores oriundos de Cantão e de Fujian estabeleceram-se em Macau e foram eles que construíram o famoso Templo de A-Má. Edificaram também várias povoações, sendo uma das mais importantes localizada em Mong-Há. Pensa-se que o templo mais antigo de Macau, o Templo de Kun lam, se localizava precisamente nesta região do Norte da Península de Macau.

Séculos XVI a XVIII



Mapa onde mostra Macau e a sua posição nas rotas comerciais portuguesas e espanholas, no seu período mais próspero (finais do século XVI e princípios do século XVII).

Os portugueses estabeleceram-se ilegal e provisoriamente em Macau entre 1553 e 1554, sob o pretexto de secar a sua carga. Em 1557, as autoridades chinesas deram finalmente autorização para os portugueses se estabelecerem permanentemente em Macau, concedendo-lhes um considerável grau de autogovernança. Em troca, os portugueses foram obrigados a pagar aluguer anual (cerca de 500 taéis de prata) e certos impostos a estas autoridades, que defendiam que Macau continuava a ser parte integrante do Império Chinês. As autoridades chinesas, desde sempre portadoras de algum medo e desprezo pelos estrangeiros, passaram a supervisionar atentamente os portugueses de Macau e a exercer, até meados do século XIX, uma grande influência na administração deste estabelecimento comercial.



Ruínas de São Paulo, George Chinnery (1774–1852). A catedral foi construída em 1602 e destruída por um incêndio em 1835. Somente a fachada sul chegou aos dias de hoje.

Desde então, Macau desenvolveu-se como um entreposto e intermediário para o comércio triangular entre a China, o Japão e a Europa, numa época em que as autoridades da China proibiram o comércio directo com o Japão por mais de cem anos. Este comércio lucrativo trouxe enorme prosperidade para Macau, tornando-a numa grande cidade comercial e ajudando-a a atingir o seu auge durante os finais do século XVI e os inícios do século XVII. Para além de ser um entreposto comercial, Macau desempenhou também um papel activo e fulcral na disseminação do Catolicismo, ao tornar-se num importante ponto de formação e de partida de missionários católicos para os diferentes países do Extremo Oriente, principalmente para a China. Por este motivo, o Papa Gregório XIII criou, em 1576, a Diocese de Macau, com sede obviamente em Macau. Estes missionários desempenharam também um papel importante no intercâmbio cultural, científico e artístico entre a China e o Ocidente, e no desenvolvimento da cultura e da educação de Macau. Em 1583, foi criada o Leal Senado, a sede e o símbolo do poder e do governo local, pelos moradores portugueses, mais precisamente pelos comerciantes, de Macau. Este organismo político, considerado como a primeira câmara municipal de Macau, foi fundada com o objetivo de proteger o comércio controlado por Macau, de

estabelecer ordem e segurança para esta cidade e de resolver os e problemas quotidianos. Apesar de a partir de 1623 Macau passar a ter um Governador português, o Leal Senado, até à primeira metade do século XIX, continuou a manter uma grande autonomia e a exercer um papel fundamental na administração da cidade. Devido à sua prosperidade, Macau foi várias vezes atacada pelos holandeses ao longo da primeira metade do século XVII. O ataque mais importante teve início em 22 de Junho de 1622, quando cerca de 800 soldados holandeses desembarcaram, numa tentativa de conquistar a cidade. Após dois dias de combate, em 24 de Junho, os invasores foram derrotados, sofrendo elevadas baixas (cerca de 350 mortes) e conseguindo abater apenas algumas dezenas de portugueses. Para Macau, desprevenida, esta vitória foi considerada um milagre. Em 1638-1639, o comércio português com o Japão foi interrompido, devido às políticas de isolamento levados a cabo pelo então xogum japonês, Tokugawa Iemitsu. Este acontecimento afectou seriamente a economia de Macau, que entrou rapidamente em declínio.

Século XIX



Mapa da Região do Delta do Rio das Pérolas emitido no século XIX.

No contexto da Guerra Peninsular, em Setembro de 1808 foi ocupada por tropas da força expedicionária sob o comando do contra-almirante William O'Brien Drury, comandante-chefe das Forças Navais Britânicas nos mares da Ásia, a pretexto de proteção contra a ameaça francesa. Esse efetivo foi reembarcado no final desse mesmo ano, por força da concentração de cerca de 80.000 homens do exército chinês diante das portas da cidade. Desde os meados do século XVII, Macau, mesmo perdendo muitos mercados de comércio ao longo dos tempos (a começar pelo encerramento do comércio com o Japão) e vivendo com alguma frequência na pobreza e miséria, conseguiu ainda reter a sua importância económica e estratégica enquanto porto europeu na China. Mas, esta importância foi seriamente reduzida na Primeira Guerra de Ópio em 1841 quando Hong Kong se tornou no porto ocidental mais importante na China. Em 1844, através de um decreto real, Macau foi ingressado finalmente na estrutura administrativa ultramarina portuguesa. Porém, este acto não foi reconhecido pela China. Este documento real redefiniu ainda e mais uma vez que o Governador era o principal órgão político-administrativo de Macau e não o Leal Senado, que já tinha perdido a sua importância e influência política em 1834.



Foto de Macau em 1870.

Em 1845, Portugal declarou a cidade um porto franco. O Governador João Ferreira do Amaral (1846-1849) ordenou o fim do pagamento do aluguer anual e dos impostos chineses, a expulsão dos mandarins de Macau e a abolição, em 1849, da alfândega chinesa (o *Ho-pu*). Durante o século XIX, os portugueses ocuparam a parte Norte da Península de Macau (naquela altura ocupada pelos chineses), as ilhas da Taipa (em 1851) e de Coloane (em 1864). Eles começaram também a expandir a sua influência às ilhas vizinhas de Lapa, Dom João e Montanha. Em 1887, Portugal diligenciou junto do debilitado e

fraco Governo Chinês a assinatura do *Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*, o qual reconhecia e legitimava a ocupação perpétua de Macau e das suas dependências pelos portugueses.

Século XX

O Governo de Macau, querendo criar a sua própria moeda oficial, autorizou, em 1901, o Banco Nacional Ultramarino (BNU) a emitir notas com a denominação de patacas. As primeiras notas impressas começaram a entrar em circulação em 1906 e 1907. Portugal não participou formalmente da Segunda Guerra Mundial (1939-1945); portanto, Macau tornou-se um dos únicos locais do Sudeste Asiático a permanecer neutro frente ao conflito mundial. Por esta razão, um grande número de refugiados chineses, fugindo à ocupação japonesa, foram abrigar-se provisoriamente em Macau, fazendo duplicar a sua população durante aquele período. Esta afluência de refugiados causou muitos problemas, principalmente os relativos à sobrepopulação e à falta de bens alimentares.



Brasão de Armas de Macau sob domínio português.

O Japão respeitou a neutralidade de Portugal e por isso também a de Macau. Mas, mesmo não ocupando Macau, os temidos japoneses exerceram uma enorme influência no Governo de Macau, ameaçando-o muitas vezes. Como por exemplo, em 1941, as ilhas de Lapa, Dom João e Montanha, ocupadas oficialmente pelos portugueses em 1938, foram abandonadas devido a uma ameaça emitida pelo Exército Japonês. Consequentemente, os japoneses

ocuparam-nas, mas com o terminar da Segunda Guerra Mundial, em 1945, elas foram restituídas à China, devido à incapacidade dos portugueses em reocupá-las. Em 1949, deu-se a fundação da República Popular da China (RPC), de carácter comunista e anticolonialista. Esta nova república declarou o "*Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*" como um dos muitos tratados desiguais impostos pelas potências europeias à China e por isso foi declarado inválido. Mas, o novo regime não esteve ainda disposto a tratar desta questão histórica dos tratados desiguais, por isso o *statu quo* de Macau foi provisoriamente mantido. No dia 3 de Dezembro de 1966 ocorreu em Macau um célebre motim popular levantado por chineses pró-comunistas descontentes e fortemente influenciados pela Revolução Cultural de Mao Tse-tung. Este acontecimento é vulgarmente chamado de Motim 1-2-3. Neste dia de protestos, houve 11 mortos e cerca de 200 feridos e foi necessário a mobilização de soldados para controlar a situação. O motim gerou terror e uma grande tensão em Macau, sendo o assunto encerrado apenas em 29 de Janeiro de 1967, com um humilhante pedido de desculpas do Governo de Macau à comunidade chinesa local. Este motim fez também com que Portugal renunciasse a sua ocupação perpétua sobre Macau^[5] e reconhecesse o poder e o controlo *de facto* dos chineses sobre Macau, marcando o princípio do fim do período colonial desta cidade.



Cerimónia da Transferência de Soberania de Macau para a República Popular da China, que decorreu no início da madrugada de 20 de Dezembro de 1999. Nesta foto, a Bandeira da República Portuguesa e do Leal Senado foram recolhidas (na direita da fotografia) enquanto que a Bandeira da República Popular da China e da Região Administrativa Especial de Macau foram hasteadas (na esquerda da foto).

Com o regime democrático instaurado em Portugal pela Revolução dos Cravos, em 1974, Portugal iniciou conversações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Essas negociações conduziram ao Acordo do Alvor, Nasciam assim, em 1975, os novos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP): Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A China rejeitou a transferência imediata da soberania de Macau, tendo apelado para o estabelecimento de negociações que permitissem uma transferência harmoniosa. Com o decorrer das negociações, o estatuto de Macau redefiniu-se para *território chinês sob administração portuguesa* e a transferência de soberania de Macau para a República Popular da China foi agendada para a data de 20 de Dezembro de 1999, através da *Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau*. Este documento bilateral e internacional, assinado no dia 13 de Abril de 1987, estabelecia ainda uma série de compromissos e garantias feitas entre Portugal e a China que permitiam a Macau um considerável grau de autonomia e a conservação das suas especificidades, incluindo o seu modo de vida e o seu sistema económico de carácter capitalista, até 2049.

Século XXI

Após a transferência, o novo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, encabeçada e dirigida por Edmund Ho Hau-wah, combateu ferozmente e com êxito contra o crime organizado pelas tríades, com o precioso apoio do Governo Central da República Popular da China. Macau foi remilitarizada, através da colocação de uma guarnição de tropas chinesas. Estas tropas, além de servir para afirmar a soberania chinesa, foram encaradas como uma mais-valia, um apoio ao combate à criminalidade. Em 2001-2002, deu-se uma liberalização parcial do setor do jogo, devido ao fim do prazo da concessão do monopólio deste sector económico de tão grande importância à companhia de casinos de Stanley Ho. Esta liberalização, aliado ao relaxamento das restrições de viagem aos residentes da China Continental pelo Governo Central e consequentemente ao desenvolvimento do turismo de Macau, causou um grande e acelerado crescimento económico jamais visto em Macau.



A Bandeira da Região Administrativa Especial de Macau, o novo estatuto que Macau teve após a transferência de soberania.

Geografia



Mapa da R.A.E. de Macau.

Macau localiza-se a 22° 10' Norte (latitude) e 113° 33' Leste (longitude), mas as coordenadas 113° 55' Leste e 21° 11' Norte (a localização exacta do Farol da Guia) também são aceites como sendo as coordenadas geográficas oficiais da localização da RAEM. Esta região administrativa especial está situada na costa meridional da República Popular da China, a oeste da foz do Rio das Pérolas, na ligação entre o Interior da China e o Mar do Sul da China, a sul do Trópico de Câncer, a 145 quilómetros de Cantão (que se situa aproximadamente a norte de Macau) e a 60 quilómetros de Hong Kong, que se encontra no outro vértice da foz do Rio das Pérolas (isto é, situa-se aproximadamente a este de Macau). Macau faz fronteira com a Zona Económica Especial de Zhuhai a

norte e a oeste, logo é adjacente à província de Guangdong. Outras principais cidades próximas de Macau incluem a Zona Económica Especial de Shenzhen.



Localização de Macau no Delta do Rio das Pérolas (*Pearl River*) e em relação a Hong Kong e a Cantão (que se situa na prefeitura de Guangzhou e na província de Guangdong).

A Região Administrativa Especial de Macau é constituída pela Península de Macau, pelas ilhas da Taipa e de Coloane e pelo istmo de Cotai. A área total é de 28,6 km², sendo a península de 9,3 km². É na Península de Macau que se concentra a principal actividade, sendo lá que se encontram os principais organismos político-administrativos, a maior parte da indústria, os principais serviços e equipamento cultural. Possui um relevo não muito acidentado, mas também possui elevações: Alto de Coloane (170,6 m), a Colina da Guia, Colina de Mong Há, Colina da Penha e Colina da Ilha Verde. A área total de Macau continua a aumentar visto que o Governo da RAEM está continuamente a fazer mais aterros, "reclamando" terrenos à foz do Rio das Pérolas, para "ganhar" mais espaços de construção.

Muito se tem escrito sobre o papel da Maçonaria na implantação da República em Portugal e também no papel decisivo que a Carbonária nela terá desempenhado como braço armado da primeira. Todavia, para além de uma ou outra referência bibliográfica, não é muito o que se sabe da ação destas organizações na instituição do regime republicano em Macau. É certo que os dados escasseiam (mesmo em Portugal), mas do que se conhece pode concluir-se que a Maçonaria também desempenhou papel equivalente ao da

sua congénere da “Metrópole”. O mesmo não se poderá dizer da Carbonária. Sobre esta associação secreta a bibliografia não é abundante, mas pelo menos existem alguns trabalhos, de certo detalhe, identificando-a essencialmente como o “exército civil” que apoiou os heróis da Rotunda nos acontecimentos que culminaram no dia 5 de Outubro de 1910.



Revoltosos nas barricadas rotunda 5 de outubro.



Na Rotunda, a 5 de Outubro de 1910, é bem visível a intervenção da Carbonária, assim como o apoio popular à luta armada.



De notar a presença das mulheres nas barricadas (2.^a foto). Tratava-se do derradeiro episódio de expulsão da monarquia, após o assassinato do rei em Fevereiro de 1908.

Um dos seus chefes era o próprio Machado dos Santos. O outro era Carlos da Maia que viria a governar Macau em 1914. Todavia, sobre a organização no Território o silêncio é absoluto. Embora a história de associações desse género seja sempre difícil de fazer dado o grau de secretismo de que se rodeavam pode dizer-se, com razoável certeza, que o silêncio que reina se deve apenas ao facto da organização não ter existido de todo na então colónia portuguesa da China, pelo menos nesse período.

A Revolução de 5 de Outubro De 1910 e a Carbonária

As movimentações militares da revolução do 5 de Outubro iniciaram-se no dia 3 de Outubro pelas 3 da madrugada. Foi nessa altura que os soldados da Infantaria 16 se instalaram no cimo da Avenida da Liberdade onde se juntaram

as baterias do Regimento de Artilharia. Nessa zona instalar-se-ia o quartel-general dos revolucionários chefiados pelo comissário naval Machado Santos. A marinha aderiu imediatamente à revolta tendo-se juntado outros militares de baixa patente de ideais republicanos. Os navios *Adamastor* e *São Rafael* prepararam-se para o bombardeamento ao Palácio das Necessidades, que se veio a feitura no dia seguinte. Não obstante a oposição do cruzador *D. Carlos*, as operações navais rapidamente foram controladas. Entretanto, mal se soube do início das operações, registrou-se uma grande agitação entre a população que rapidamente se prestou a ajudar os revoltosos. Há que salientar neste aspecto a ação da Carbonária que desempenhou um papel importante no sucesso do golpe militar. As tropas terrestres tinham-se instalado na Rotunda onde sofriam um forte bombardeamento das forças monárquicas. Na madrugada do dia 4 a situação dessas tropas podia considerar-se desesperante, chegando ao ponto do capitão Sá Cardoso admitir a hipótese de depôr as armas. Todavia Machado Santos não se conformou com a situação dizendo que preferia morrer a entregar as armas. Foi a tenacidade deste homem que possibilitou um autêntico volte-face na situação. No dia seguinte ele escrevia: *"Tenho a honra de comunicar que as forças do meu comando, acampadas na Rotunda da Avenida, venceram as tropas monárquicas. Escusado será lembrar o que foram para as forças que tive a honra de comandar essas horas terríveis de luta de um contra dez."* (Relatório do comandante Machado Santos ao Governo Provisório).

O ataque de um grupo de marinheiros chefiados pelo comissário Mariano Martins ao Rossio, onde se encontrava o general Gorjão, comandante da 1.^a divisão viria a revelar-se decisivo na vitória das forças republicanas, pois veio diminuir os ataques sobre a Rotunda. Assim, às 9 horas da manhã do dia 4 de Outubro, Paiva Couceiro, o general-chefe das forças monárquicas assinou a acta da rendição. Na manhã de 5, a República foi proclamada na Câmara Municipal de Lisboa. Ao meio-dia a Revolução estava consumada. Na tarde desse dia o rei D. Manuel acompanhado pelas rainhas D. Amélia e D. Maria Pia, embarcava na Ericeira, a bordo do iate Amélia rumo a Gibraltar. Daí, seguiu para Inglaterra, a sua morada definitiva.

Carbonária em Macau

A única referência à Carbonária em Macau diz respeito à estada na cidade de cinco dos seus elementos presos por subversão em Portugal que para aqui foram exilados em 1898. Os cinco teriam, pouco depois da chegada, tentado aliciar alguns militares no sentido de sublevar a guarnição, prender o Governador e proclamar a República. A tentativa fracassou e os cinco voltaram a ser detidos cumprindo o resto da pena de exílio a que tinham sido anteriormente condenados, mas agora mais longe ainda, ou seja em Timor. Refira-se todavia que o relato destes fatos se baseia apenas em alusões breves sem citação de fontes reproduzidas nalguma bibliografia relativa à história do movimento anarquista em Portugal e nada mais.

Maçonaria em Macau

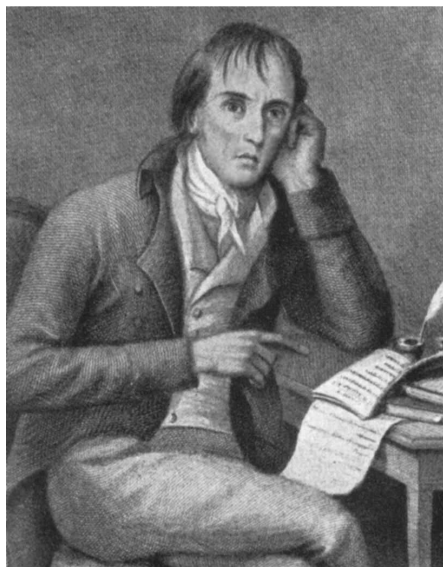
No que toca à Maçonaria o caso é bem diferente. A sua ação em Macau está relativamente documentada graças ao trabalho de investigação de alguns autores com destaque para o historiador A. H. De Oliveira Marques.

De facto, a data apontada para a Chegada da Maçonaria A Macau é a segunda metade do ano de 1759, com a vinda do navio “Prince Carl” da Companhia Sueca das Índias Orientais. Os maçons que aportaram nesse navio traziam uma carta patente que lhes permitia reunirem-se em loja em qualquer porto a que atracassem. E assim o fizeram. Segundo relatos históricos subscritos e publicados, nomeadamente, pelo Zetland Hall de Hong Kong, essa primeira loja laborou em Cantão, na China. Embora aceitando tal informação como boa, atribuindo a Cantão o primeiro local de labor maçônico regular no Extremo Oriente, parece-nos que a história oficial (de fontes inglesas) contém uma omissão que deve de ser corrigida. Efetivamente, ainda que não se conheçam documentos comprovativos, tudo leva a crer que a tal loja constituída por comerciantes e marinheiros suecos, não só funcionou, como poderá mesmo ter funcionado antes, em Macau. Isto pelos seguintes fatos: Primeiro, porque todos os navios estrangeiros que demandavam à China, nessa época, tinham que, obrigatoriamente, aportar inicialmente, a Macau, local onde aguardavam, por vezes muitos meses, autorização para entrar no

porto da vizinha capital da província de Cantão. Emblema da “Companhia Sueca das Índias Orientais, a que pertencia o navio “Prince Carl”, a bordo do qual viajavam maçons autorizados por “carta patente”, a reunir em loja em qualquer porto onde aportassem. Segundo, porque todos os estrangeiros autorizados a comerciar em Cantão apenas ali podiam permanecer metade do ano, passando a outra metade em Macau. Tendo em conta o que se disse parecem restar poucas dúvidas de que Macau foi o primeiro porto de acolhimento da Maçonaria na China, “malgré tout”. Nesta ordem de idéias pode afirmar-se com algum grau de segurança que a Loja “Amity” com o número 407 que consta da lista de oficinas pertencentes à “Primeira Grande Loja de Inglaterra” do ano de 1768, funcionou de fato em Macau. As atividades desta loja Estão escassamente documentadas, sabendo-se apenas que cessou a sua existência em 1812, por falta de pagamento do dízimo regularmente devido à loja mãe de Inglaterra. Acresce ainda dizer que um interessado (Mike Earn, 4104), nos fez chegar a informação de que existe uma obra publicada no início do século XX, ou finais do século XIX, denominada “ Free Masonry In China”, em que o autor afirma que a referida loja, reunia de facto em Macau (no entanto até agora ainda não conseguimos descobrir nos alfarrabistas e bibliotecas tal obra. A “Amity” deixa de surgir na lista das lojas da “Premiere Grand Lodje of England” na referida data de 1812, não se sabendo, ao certo porquê. Depois da “Amity”, não se conhece qualquer documento, ou fonte segura que refira a existência de qualquer outra loja, ou triângulo em Macau, durante a primeira metade do século XIX. Existe, todavia notícia de que obreiros, provavelmente de origem americana se reuniam regularmente numa oficina pertencente à “Grande Loja do Alabama”. Não se sabe no entanto em que época do século XIX tal loja operou, quando ergueu, ou quando abateu colunas. A ausência de documentos explícitos, ou oficiais oculta a existência regular da Maçonaria em Macau, durante esse período. Todavia tal fato não significa que a Maçonaria organizada tenha estado ausente da vida do território.

Bocage e a Sociedade da Rosa

De fato se não se pode falar de Maçonaria na acepção formal, pode falar-se de maçons que viveram e trabalharam em Macau, desde pelo menos a segunda metade do século XVIII, deixando, algumas marcas relevantes da sua passagem. Manuel Maria Barbosa du Bocage, o célebre sonetista foi um deles.



Manuel Maria Barbosa du Bocage

A propósito da sua figura podemos dizer que teria mesmo introduzido, ou pelo menos integrado durante a sua passagem pelo território, uma denominada “Sociedade da Rosa”, instituição andrógina para-maçónica, que tinha como grã-mestra a poetisa portuguesa Marquesa d'Alorna. “A Sociedade da Rosa” seria desmantelada pelo intendente Pina Manique, que apreendeu os documentos da organização, que se encontravam na posse da Marquesa no seu palácio de Benfica, então arredores de Lisboa. A ofensiva do célebre intendente da polícia de D. Maria I, levou ao exílio a Marquesa e à prisão vários elementos da sociedade, entre os quais se contavam, para além de Bocage, o compositor João Domingos Bontempo, para além de outras personalidades das artes e das letras da época. À “Sociedade da Rosa” pertencia também o poeta de origem brasileira, Lucas José de Alvarenga, que foi por duas vezes governador de Macau e que era um protegido do Conde de Sarzedas. Este

aristocrata da alta nobreza pertencia também à mesma sociedade e tal como a Marquesa de Alorna sofreria as consequências.



Marquesa de Alorna

Alorna foi exilada para Inglaterra. Sarzedas, cujo prestígio e influência era demasiado grande para ser pura e simplesmente expulso foi abrigado a aceitar o governo da Índia (uma forma de o afastar para longe de Lisboa por muitos e bons anos) ainda que esse exílio fosse politicamente dourado com a concessão do título de vice rei, que já não era utilizado há muito e que episodicamente com ele foi retomado Neste ponto convém esclarecer que em Macau o principal protetor de Bocage foi Lázaro da Silva Ferreira o Ouvidor da cidade. Esta figura conquanto não existam documentos probatórios parece ter sido igualmente maçom. Após um hiato de cerca de duas décadas, a palavra Maçonaria irromperia a público em Macau, cerca do ano de 1821. Seria então que, os ecos da revolução liberal portuguesa de 1820, chegariam a Macau, fazendo submergir o Território numa profunda crise política, agravando por seu turno a crise económica em que o Território se encontrava já mergulhado, desde as três, ou quatro décadas anteriores. Sem pretender historiografar detalhadamente a época, pode dizer-se de uma forma sintética que Macau se dividiu em dois partidos. Um constituído pelas forças institucionais civis e militares ligadas ao governo português do Território. O outro constituído por figuras locais congregadas em torno do Leal Senado e da Santa Casa da Misericórdia, agregando também figuras civis militares e eclesiásticas descontentes com o governo vigente, que, diga-se, dadas as reduzidas

dimensões da comunidade, não eram outras senão o governador e o juiz de direito (este que na altura era oficialmente designado por ouvidor e cujas competências excediam largamente as de um magistrado ordinário). A crise redundou numa sucessão de distúrbios que levaram à detenção do governador e do ouvidor, bem como à destituição da antiga vereação do Leal Senado e convocação de eleições que produziram uma câmara municipal que, em nome do liberalismo, suspendeu todas as relações com o governo de Goa (a que Macau estava submetido) transformando durante cerca de um ano Macau numa república virtualmente independente. Surgiam amiúde referências públicas à ação “nefasta” da Maçonaria em Macau, em papéis volantes distribuídos nas ruas, mas também na oratória eclesiástica do Bispo da Diocese D. Frei Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim e dos párcos que consigo estavam na defesa dos poderes instituídos. Nesse contexto dir-se-ia que de um lado estava o Bispo, o Ouvidor e o Governador e do outro os “malfadados” pedreiros livres. Todavia tal asserção simplista estava longe de corresponder à verdade. Se nada se sabe sobre qualquer eventual filiação maçônica dos rebeldes “independentistas” do Leal Senado e da Santa Casa, capitaneados pelo tenente-coronel Paulino da Silva Barbosa, sabe-se de fato que o governador José Osório de Castro Cabral e Albuquerque, tido como reacionário relapso e por isso preso e enviado para Goa a ferros talvez o não fosse tanto assim. De fato, consultando a documentação existente verifica-se que o governador Albuquerque, aliado do Bispo Chacim é que era de fato maçom. Albuquerque, que tinha o nome simbólico de “Leónidas”, ascenderia nos graus filosóficos da ordem em Portugal, nas lojas “Audácia” de Coimbra e “Firmeza” de Lisboa. No mundo profano ficaria destacado como redator do periódico conservador “Rei e Ordem”, terminando a sua carreira militar como fidalgo da Casa Real e tenente-general do exército. Com ele, em Macau estavam o comerciante macaense, Gonçalves Serva entre outros. No campo liberal conhece-se apenas como maçom, o nome de António de Holanda Cavalcanti, preso pela pelos absolutistas, na sequência do desembarque de uma força naval comandada pelo capitão de mar e guerra Garcez Palha, que acabou com a revolta municipal de Macau e repôs a velha ordem em Macau, em 1822. Cavalcanti, figura que se destacaria posteriormente no Brasil como

deputado e ministro sobraçando diversas pastas, teve o encargo de representar o “Grande Oriente de Portugal” junto da Maçonaria Brasileira, em 1858. Face ao que ficou dito não podem restar dúvidas sobre a importância e influência da Maçonaria em Macau na década de vinte do século XIX. Apesar das bulas papais condenatórias, dos sermões inflamados do Bispo diocesano e dos papéis volantes contra os pedreiros livres, certo é que a Maçonaria estava dos dois lados. Falta saber se atuava regularmente em lojas separadas consoante o pendor ideológico, se, se cindiu durante a crise, ou se a militância ideológica profana que separava liberais e conservadores correspondia no seio da Ordem a diferentes obediências. Neste ponto há que salientar que a “Abelha da China” periódico porta-voz dos liberais surge com regularidade contendo artigos laudatórios das excelências políticas e sociais dos Estados Unidos da América. Esse fato poderia sugerir uma ligação de índole maçónica à América. Isto tanto mais quanto se tiver em conta o fato da presença americana em Macau, nesses tempos ser expressiva e a possibilidade (bastante forte) de uma loja do Alabama ter funcionado no Território nessa época. Porém e por enquanto, tal asserção não passa ainda de pura especulação que necessita investigação ulterior mais apurada, nomeadamente nos arquivos da Maçonaria americana. Consumada a reocupação absolutista de Macau em 1822 e concluída a normalização política liberal nos anos subsequentes ao termo da guerra civil portuguesa (1834) verifica-se que os governadores de Macau seguintes a Adrião Acácio da Silveira Pinto (com ele incluído) seriam quase todos (senão mesmo todos, diríamos!) maçons. Apesar dessa constatação porém, nada consta oficialmente, sobre a operância institucional da Maçonaria em Macau. Apenas na segunda metade do século XIX existe notícia de que uma loja denominada “Luís de Camões” teria erguido colunas em 1872, sob a égide da “Loja Lusitânia”, fundada em Londres, na primeira década do século XIX por emigrantes portugueses. A referida “Lusitânia”, foi reconhecida pela “Grande Loja de Inglaterra”, recebendo um número de ordem. Sobre a existência de tal oficina nada sabemos. Todavia não será despidendo recordar que à data pontificava em Macau, António Alexandrino de Melo, segundo barão do Cercal. Esta figura macaense cosmopolita e poliglota (falava, fluentemente inglês,

francês, italiano e chinês). Licenciou-se em engenharia em Inglaterra, e posteriormente cursou belas artes em Itália. Em Macau foi autor de alguns dos edifícios que ainda hoje marcam a silhueta da cidade, nomeadamente o Palácio da Praia Grande, Cemitério de S. Miguel, Quartel dos Mouros e Clube Militar. Este último inaugurado em 1871, possui, se assim se quiser entender arquétipos maçónicos na sua estrutura, nomeadamente na atual sala de estar que ostenta duas colunas embutidas na parede à direita. Teria sido António Alexandrino de Melo o instaurador da desconhecida loja “Luís de Camões”? Não se sabe, mas apenas se pode inferir. António Alexandrino de Melo, arquiteto de alguns monumentos mais representativos do século XIX macaense. Poderá descobrir-se no seu traço uma filiação maçônica indiscutível? Concluído este parêntesis obscuro surge o momento de sublinhar que apesar da pressão da Igreja Católica e dos poderes instituídos sobre a Maçonaria, certo é que se verifica que a maior parte dos governadores, altos e médios funcionários do governo de Macau foram maçons, principalmente a partir da década de trinta do século XIX. Podemos citar, entre outros, Adrião Acácio da Silveira Pinto, Lobo de Ávila, Conselheiro Borja e outros mais que irrompem pelo século XX. No século XX surge a História, indubitável, sem lacunas nem “setentriões”. A loja “Luís de Camões” ergue colunas, em 1909. E quem foram os obreiros dessa tarefa que iria laborar intensamente ao longo de 32 extraordinários anos de Macau? Alguns escolhidos o foram! Porém há que render homenagem aos pioneiros conhecidos, alguns dos quais a história maçônica pouco liga e a história de Portugal por inteiro oblitera. O primeiro é sem dúvida Constâncio José da Silva. Nascido em Xangai, onde morreria, Constâncio José da Silva terá sido o principal obreiro que ajudou a erguer as colunas à força de ombros no mundo reservado da Ordem e que no universo profano as consolidava batalhando com a sua pena inquieta nos jornais que fundava e dirigia pela liberdade, igualdade e fraternidade em Macau. A loja “Luís de Camões”, se não lhe deve a fundação, pelo menos lhe deve a consolidação. Juntamente com Constâncio, surgem, metendo ombros à obra nomes de renome, local e também sonantes no mundo lusófono. Rosa Duque seria um, Camilo Pessanha outro. O primeiro, sargento da Rotunda no 5 de Outubro de 1910, desterrado para o então ultramar português,

ver-se-ia destituído de méritos militares pela política pós republicana, tendo que perfazer o trajeto de Angola a Macau para recuperar aqui, não só as divisas de sargento perdidas, mas o merecimento do posto de capitão pelo qual, “João Afonso” (nome simbólico do republicano governador de Macau, Carlos da Maia), não teve medo de interceder junto das instâncias de Lisboa para o restituir à dignidade militar perdida, tão constante “obreiro” que, morreria com a sua loja em Macau nos alvares dos anos trinta do século passado, quando a Maçonaria estava em vias de ser ilegalizada pela ditadura do “Estado Novo”, expressando em letra de forma no jornal “O Combate” que dirigia a sua alta condição de Cavaleiro Rosa Cruz, grau 33 do REAA. Camilo Pessanha, o poeta paradigmático do simbolismo português foi outro companheiro que meteu ombros à tarefa da Ordem e só esmoreceu quando feito “Cavaleiro do Oriente e do Ocidente” (grau 17) a morte nefelibata lhe sobreveio em 1926 (pouco antes de deixar este mundo seria elevado ao grau 19).



Camilo Pessanha

Outro ainda foi D. José da Costa Nunes, Bispo de Macau, Patriarca das Índias e Camarlengo da Santa Sé. Figura de projeção ecumênica. Optou pela condição de “absência” preferindo queimar, antes de morrer, todos os documentos que lhe relatavam a vida a deixar-se biografar, por quem quer que fosse. Vicente Jorge, tradutor insigne, colecionador de arte em porcelana chinesa foi ainda nome que meteu ombros à tarefa de “polir a pedra bruta”, com tanto merecimento quanto pouca paga da história. No entanto de entre

todos os mencionados e outros que ficaram por mencionar neste resumido trabalho, um nome se releva acima de todos os outros, não pelo que se saiba dele, mas sim pelo que não se sabe. Não porque tenha publicado obra (dele conhecem-se apenas traduções anónimas de actas de tribunais de Hong Kong e traduções de ofícios da Repartição dos Assuntos Chineses de Macau), para além de artigos de nos jornais que dirigiu. Não porque tenha deixado marca na vida social ou política de Macau, (foi vereador do Leal Senado durante um mandato e nas actas nada consta que tenha dito durante esse período de vida pública de relevante memória). A sua vida, tal como o seu grau na Ordem constitui, um dos mais paradigmáticos mistérios da Maçonaria em Macau e também da história profana. O seu nome consta de uma rua de Macau no NAPE, todavia quem sabe porque lhe foi dado nome de rua se não consta da galeria de pessoas ilustres de Macau e apenas é citado “en passant” nas monumentais obras de Monsenhor Manuel Teixeira, que publicou mais de cem livros, constando que neles não deixou de fora nem nome, nem coisa, nem acto nem omissão dos últimos quatrocentos anos de Macau sobre os quais é possível fazer história. Chamava-se Francisco Hermenegildo Fernandes e merece ser lembrado no seio da Ordem e no mundo profano. Diria que esse irmão foi um seguidor do Tao, já que pelo não fazer influiu de forma indelével nos caminhos da história contemporânea de Macau e principalmente da China. Como e até que ponto influiu não se pode saber. É, um mistério. Um mistério tão insondável como o fato de dele não constar uma única fotografia, nem na campa do cemitério de S. Miguel, onde repousa, nem nos arquivos de identificação do Governo. A sua biografia encontra-se resumida apenas, no Arquivo Histórico de Macau num processo constante de cinco folhas A4 datilografadas, como segue: Francisco Hermenegildo Fernandes¹, nascido a 2 de Fevereiro de 1863. Intérprete no Supremo Tribunal de Hong Kong de 1886 a 87. Fluente em inglês, português (naturalmente) e dominador de diversos dialetos chineses, nomeadamente cantonense e mandarim. Foi o primeiro classificado com 16 valores na admissão ao quadro de “língua da Repartição dos Assuntos Sínicos de Macau, lugar para que foi nomeado em

¹ Francisco Hermenegildo Fernandes, jornalista e proprietário de diversos jornais, que se tornou ponte de contacto proeminente entre os republicanos chineses e as autoridades locais durante mais de duas décadas.

Agosto de 1919. Tudo isto frio, como todos os processos burocráticos das repartições do estado. Mas para além dos ofícios esconde-se a figura invulgar que foge à burocracia e aos estereótipos. De fato, Francisco Fernandes, foi em Macau o principal apoio das correntes que procuravam restituir a China à dignidade, derrubando uma dinastia corrupta e despótica que cedia à partilha das potências coloniais que a procuravam talhar em esferas de influência, que inevitavelmente a retalhariam em nações artificiais tal como tinham retalhado África na conferência de Berlim de 1884. Nesse contexto Francisco Fernandes, gerente da tipografia do Pai, Nicolau Tolentino, dá abrigo a Sun Yat-sen nas páginas do seu jornal, “O Echo Macaense” que publicava em português e simultaneamente em chinês sob o título “Ching Hai Iat Pou”. O encontro entre os dois dura, pelo menos, uma década, entre Macau e Hong Kong, até ao fatídico ano de 1895.



Sun Yat -sen. Foi Francisco Fernandes, que acolheu Sun Yat Sen em Macau após a sua primeira e malograda tentativa de revolta contra o regime (1895), organizando-lhe a fuga ulterior para o Japão. Há correspondência conhecida entre Fernandes e Sun, que revela que para além do grau de amizade pessoal, partilhavam igualmente os mesmos ideais políticos e particularmente laços “iniciáticos” evidentemente maçônicos.

Sun Yat -sen, abandona no ano anterior Macau estabelecendo-se em Cantão a fim de preparar a revolta contra a ditadura imperial “manchu”. Mas a revolta

falha redondamente. Sun Yat-sen escapa por um “triz” de ser decapitado, tal como o foram dezenas dos seus correligionários.



Sun Yat-sen e o “bando dos quatro”. Da esquerda para a direita: Yang Heling, Sun Yat-sen, Chen Shaobai e You Lie. De pé Guan Jingliang. Reuniam na casa de Yang Heling na íngreme Travessa dos Santos que desemboca na Rua do Campo em Macau e não em Hong Kong, como sistematicamente surge nas legendas referentes a esta fotografia.

Foge para Macau numa cadeirinha, disfarçado de mulher e encontra um único abrigo. A casa de Francisco Fernandes. Por seu turno Francisco Fernandes usando de todas as influências que possui consegue que o governador Horta e Costa, faça vista grossa à presença em Macau do perigoso revolucionário, mas instrua a polícia no sentido de responder aos pedidos de captura do Vice Rei de Cantão afirmando desconhecer que o procurado se encontrasse no Território. O caso não foi simples, já que a polícia imperial de Cantão actuava officiosamente em Macau e sabia muito bem que Sun Yat-sen se encontrava na cidade. Porém, o desconhecimento oficial do governo e da polícia macaense constituía uma barreira inacessível que se entrepunha entre o totalitarismo “manchu” e os mecanismos judiciais independentes em vigor em Macau. E foi assim que Francisco Fernandes, conseguiu manter escondido o seu amigo Sun, em Macau, o tempo suficiente para lhe arranjar passagem num junco de pescadores para Hong Kong e dali para o Japão onde ficaria a salvo da sanha imperial.

Nos dezesseis anos seguintes, Francisco Fernandes e Sun Yat Sen não se

voltariam a ver. Mas em 1911, Francisco Fernandes, logo após a revolução republicana da China escreve a Sun Yat-sen, felicitando-o pela sua elevação a Presidente da República inquirindo-o sobre se pertence a “ essa fraternidade universal (Maçonaria) e em caso afirmativo, qual a melhor forma de consigo comunicar”. Essa carta consta dos arquivos de Pequim e é datada de Macau, aos 11 de Janeiro de 1912, constituindo documento original e indesmentível. Francisco Fernandes era maçom e possuiria poucas dúvidas de que Sun Yat-sen o fosse também. A resposta de Sun Yat-sen à carta de Francisco Fernandes não se conhece. Constará dos arquivos de Pequim, não constará? Talvez sim talvez não...ou talvez não convenha divulgar a resposta. Posteriormente, Francisco Fernandes demonstra continuar a dispensar apoio a Sun Yat-sen através do recrutamento em Macau de voluntários para integrar as forças militares do líder republicano que visava reunificar a China dividida pelos senhores da guerra. Essa carta manuscrita por Francisco Fernandes tem a data de 19 de Janeiro de 1919. Seja como for, certo é que o quase anônimo, Francisco Fernandes viria a ser proposto num dos primeiros atos de estado de Sun Yat-sen como (na sequência da revolta vitoriosa de 1911) para ocupar o cargo “ad honorem” de ministro da China. Diz-se que Francisco Fernandes não aceitou tal honra preferindo manter-se no seu pequeno anonimato de Macau. Em finais de 1912, Sun Yat-sen, resignou do cargo de Presidente da República em favor de Yuan Chi Kay, retirando-se, provisoriamente da ribalta política para umas férias de saudade na sua província natal. Foi então que regressou à Macau da sua juventude em Junho de 1913. Foi então também que reencontrou o seu amigo Francisco Fernandes. Uma fotografia oficial da ocasião mostra Sun Yat-sen no jardim de Lou Kao sentado em pose e tendo à sua volta em duas filas a gente grada da cidade, entre as quais se contam alguns maçons (destacadamente Camilo Pessanha). Outra fotografia exhibe o presidente cessante no hospital de Kiang Wu, Para além das fotos sabe-se que Sun Yat-sen assistiu a um arraial junto à Igreja de S. Lázaro (provavelmente no dia 24) com a comunidade portuguesa de Macau que tão mal o tinha tratado, nos tempos em que exerceu medicina na colónia, nos idos da década de 80 do século XIX e em que acabou por ser expulso, por motivos étnicos escondidos sob a capa legalista de que não possuía um diploma de medicina passado por

uma universidade portuguesa. Sun Yat-sen licenciou-se pela Escola Médica de Hong Kong). Mas para além das crónicas e das fotografias oficiais sabe-se de tradição passada de boca em boca que Sun Yat-sen terá sido recebido como visitante na “Loja Luís de Camões” durante os curtos dias de visita que efetuou a Macau nesse distante Junho de 1913. Quanto à possibilidade de Sun Yat-sen ter sido iniciado na “Loja Luís de Camões”, tal hipótese parece-nos fora de causa. Segundo alguns investigadores, nomeadamente Sterling Seagrave, Sun Yat-sen pertencia à sociedade chinesa “Céu e Terra” vulgarmente conhecida por “Tríade” em que foi iniciado na sua terra natal de Cheong San, depois de concluídos os seus estudos secundários no Havai e decidiu regressar à China. Posteriormente, é um fato ligou-se direta, ou indiretamente a outras associações secretas de índole exclusivamente chinesa. Todavia que Sun Yat-sen foi iniciado na Maçonaria, é outro ponto que não deixa dúvidas, mas sobre essa questão apenas poderíamos interrogar o maçom, James Manson, professor da Escola Médica de Hong Kong, que biografou Sun Yat-sen, mas que nada deixou dito em linhas ou entrelinhas sobre a sua faceta esotérica. Independentemente das dúvidas sobre a filiação de Sun Yat-sen, nesta ou naquela obediência, nesta ou naquela loja, estamos convencidos de que se os responsáveis pelos arquivos da Grande Loja de Inglaterra puderem ultrapassar constrangimentos de ordem política, ou questões de oportunidade, ficaremos a saber, então qual a loja que iniciou o primeiro presidente da República da China. Relativamente a Francisco Fernandes, apesar de todos os esforços de investigação, do fato de possuir um jornal, ter escrito inúmeros artigos, ter sido alvo de processos judiciais que constam dos arquivos de Macau, ter integrado o Leal Senado como vereador e ter sido juiz de paz, uma espessa nuvem de mistério continua a pairar sobre ele. Concluído este parêntesis sobre maçons ilustres resta apenas recordar a figura de Herman Machado Monteiro, o último obreiro da Loja Luís de Camões cuja biografia poderia iluminar a “obra da Ordem” em Macau, se do seu espólio privado tivesse restado alguma coisa. Porém, parece que a tão famigerada “formiga branca” esperava apenas o abater de colunas da “Loja Luís de Camões”, para destruir até à medula os fragmentos de uma história recente ingloriamente perecida. Resta ainda referir alguns maçons do século XX que se destacaram e foram reconhecidos por

isso. Rodrigo Rodrigues, governador de Macau, ministro em vários governos da República, que dá nome a uma avenida da cidade. Travassos Valdez oficial de marinha, autor de diversos livros e cidadão benemérito de Macau, cujo retrato se encontra na sala de sessões do antigo Leal Senado. Carlos da Maia, governador e fundador da República. Maia Magalhães, Governador de Macau e herói de Chaves nas lutas contra a reação monárquica de Paiva Couceiro. Velhinho Correia, secretário-geral do governo de Macau, deputado por Macau em Lisboa e ministros em vários governos da República. Joaquim José Machado que participou nas conferências sobre a delimitação de Macau (1909-1910). Sabe-se hoje que o papel dos “pedreiros livres” na colônia portuguesa, reunidos em torno da “Loja Luís de Camões” foi decisivo não só na proclamação da República, como posteriormente no afastamento da elite dirigente monárquica e na consolidação do novo regime. De fato a “Loja Luís de Camões” incluía no seu seio um grande número de funcionários públicos de todos os escalões, militares da marinha e do exército, para além de advogados, engenheiros e jornalistas, ou seja o escol da colônia. Assim não é de admirar que o próprio ajudante de campo do último governador monárquico (Eduardo Marques) Álvaro de Melo Machado tenha sido escolhido para o substituir dois meses depois da proclamação do regime republicano.



Álvaro de Melo Machado primeiro governador republicano de Macau (1910-1912).

Melo Machado era Maçom desde 1907 tendo aderido nesse ano à loja lisboeta “Liberdade”. Aqui chegado passou, naturalmente a integrar-se nos quadros da “Loja Luís de Camões”.

A história da Maçonaria, em Macau, tem início oficial e formal em 1909 ano em que a “Loja Luís de Camões II” sob a égide do GOL ergueu Colunas. Segundo o historiador Oliveira Marques, a “Loja Luís de Camões”, resultou da instalação anterior de um triângulo do REAA, da iniciativa da loja “Pró Veritate” de Coimbra, com o N.º.90. Todavia a história da Ordem em Macau remonta a mais de um século antes do início regular de atividades da “Loja Luís de Camões”.

Para além deste à mesma loja pertenciam também, outros vultos que desempenhariam papel fulcral no rumo político que o Território haveria de tomar no futuro. Entre muitos conta-se com particular destaque a figura bem conhecida de Constâncio José da Silva, advogado jornalista e polemista, proprietário e redator do jornal “A Verdade” que esteve na primeira linha do republicanismo na campanha pelo afastamento das figuras de proa da monarquia. Constâncio inspirou nomeadamente o levantamento das tropas que cercaram o Palácio da Praia Grande e obrigaram à ponta das baionetas o governador Eduardo Marques a publicar as novas leis da república que insistia obstinadamente em guardar na gaveta. Outro jornalista que ficaria para a posteridade pelas suas relações de mediano entre os revolucionários republicanos chineses e as autoridades locais, amigo pessoal de Sun Yat-sen (fundador da República da China) e igualmente redator e proprietário de vários jornais era Francisco Hermenegildo Fernandes, figura sobre a qual muito se tem escrito e de quem ainda hoje pouco mais se sabe a não ser o que ele próprio de si deixou publicado. O mais pode resumir-se à frieza de um currículo constante na “Repartição dos Assuntos Sínicos” onde era tradutor e os dados oficiais inclusos nos autos que contra si foram levantados pelos tribunais em diversos processos por alegado abuso de liberdade de imprensa que contra si foram movidos. Com menor destaque, mas não menos eficácia política salientou-se também o coronel José Luís Marques, um dos fundadores da maçonaria organizada em Macau que ocuparia durante largos anos a presidência do Leal Senado. Igualmente pouco citado, mas bem inserido nos

centros de decisão encontrava-se o seu camarada de armas António Antunes, igualmente co-fundador da “Loja Luís de Camões”, que nos anos subsequentes a 1910 comandaria a Polícia de Segurança Pública. Outro advogado de renome e republicano estrénuo pertencente à mesma loja era Damião Rodrigues, personalidade cujo perfil já abordei aqui em anteriores artigos igualmente devido às suas ligações estreitas à revolução republicana da China e também pelo combate desassombrado que travou, especialmente, contra a ditadura do “Estado Novo” de Salazar, já numa fase adiantada da sua vida. Para além dos nomes citados muitos outros o poderiam ser. O poeta Camilo Pessanha, que dispensa biografias, mesmo maçónicas, que outros já fizeram e com pormenor, seria um deles. Deste destaque, necessariamente limitado, fica excluído Rosa Duque, porventura um dos mais combativos jornalistas republicanos de Macau, que com a aproximação do golpe de 28 de Maio de 1926 chegou a anunciar na primeira página do jornal “O Combate” a sua filiação maçónica e o alto grau de que era detentor naquela organização iniciática. A exclusão deve-se apenas ao facto de no momento em que a república se instaurava nos confins do Oriente, se contar entre os sargentos que na Rotunda, de armas na mão, com Machado Santos, sofriam o cerco e as arremetidas das tropas fieis a D. Manuel II comandadas por Paiva Couceiro. Se sabe é que, em Macau, Bernardino de Senna Fernandes, 2º Conde de Senna Fernandes, tal como o ex-realista seu homónimo, Presidente Bernardino Machado, era já maçom e republicano numa época em que a monarquia vigorava em pleno e a República não passava de um ideal cuja concretização até entre os seus correligionários gerava dúvidas.

Bibliografia Consultada

A ESCADA DE JACOB. Subsídio para História da Maçonaria em Macau. <http://aescadadejacob.blogspot.com/2010/05/subsidio-para-historia-da-maconaria-em.html>. Acessado em 03 Janeiro. 2011

CITI. 5 de Outubro de 1910 http://www.citi.pt/cultura/historia/personalidades/afonso_costa/5outub3.html. Acessado em 03 Janeiro. 2011

FRENESI-LIVROS. Da Carbonária. <http://frenesi-livros.blogspot.com/2007/05/da-carbonria.html?zx=6b33259569a5930b>. Acessado em 03 Janeiro. 2011

TEMPOSDORIENTE. A Maçonaria no 5 de Outubro em Macau 05-10-10 <http://temposdoriente.wordpress.com/2010/10/12/a-maconaria-no-5-de-outubro-em-macau-05-10-10/>. Acessado em 03 Janeiro. 2011.